

Brasil e China - Desafios e Oportunidades



Luiz Augusto de Castro Neves

Presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).

2013

Brasil e China - Desafios e Oportunidades

Luiz Augusto de Castro Neves

Presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).

2013

O autor é responsável pelas opiniões expressas neste documento e elas não refletem as opiniões do CEBRI.

Mais publicações em cebri.org



Por quatro anos tive o privilégio de ser o embaixador do Brasil na China, entre 2004 e 2008, justamente o período em que, a meu juízo, deu-se o que eu chamaria de a “decolagem chinesa” para seu novo patamar de ator central nas relações internacionais. Com efeito, em 2008, a China completou três décadas com a sua economia a crescer a uma taxa média superior a 10% ao ano (o que significa dizer que o PIB chinês cresceu mais de vinte vezes nesse período!). 2008 foi também o ano dos Jogos Olímpicos em Pequim, que os chineses buscaram utilizar como o seu novo cartão de visitas para o resto do mundo.

Certamente um dos fenômenos mais marcantes do mundo pós-Guerra Fria é o crescimento robusto e sustentado da China, a consolidação de sua posição internacional e a sua emergência como potência global. A presença chinesa é hoje percebida de forma cada vez mais explícita em todos os quadrantes do mundo e, como não poderia deixar de ser, também aqui no Brasil e no restante de nossa região. As consequências dessa crescente presença chinesa em toda a parte têm atraído a atenção de estudiosos, acadêmicos e diplomatas, que até bem pouco tempo consideravam a China um ator periférico no concerto das nações em geral e na nossa região em particular.

As relações com o Brasil foram restabelecidas em 1974, durante o regime militar. É interessante observar que o estabelecimento de relações da China com os principais países latino-americanos teve lugar na primeira metade da década de 1970, após o ingresso do país nas Nações Unidas e a histórica viagem do presidente Nixon a Pequim. As duas exceções à regra foram Cuba, cujas relações foram estabelecidas após a ascensão de Fidel Castro, e Chile, logo no início do governo de Salvador Allende. Afinidades ideológicas não constituíam a base do relacionamento chinês na região, à época submetida em sua maioria a regimes militares de direita. Mesmo as exceções, Cuba e Chile, não serviam de exemplo de afinidade ideológica. No caso de Cuba, a relação foi marcada por desavenças e distanciamentos. Em 1966, Fidel Castro, aliado da falecida União Soviética, denunciou publicamente a liderança chinesa, que qualificou de “senil”. No Chile, a China foi o único país do mundo socialista a manter relações com o regime anticomunista do general Pinochet.

No Brasil, o reatamento das relações foi um processo complexo, devido à oposição de setores mais duros dos militares, geralmente vinculados à chamada comunidade de informações. A

decisão de reatar foi finalmente formalizada em reunião do Conselho de Segurança Nacional, na qual o general Silvio Frota, ministro do Exército se opôs ao reatamento, manifestando que “os grupos de contestação que mais se têm destacado pela persistência e fanatismo de seus militantes são exatamente aqueles que seguem a orientação politico-ideológica do mestre do comunismo chinês, verdadeiro deus de uma religião sincretizadamente professada por mais de 800 milhões de amarelos ansiosos por expandirem-se e ocuparem os vazios do ecúmeno, hoje já carentes no globo terrestre, mas cobiçados, em especial, no Brasil e na África Negra”.

O reatamento não levou a maiores iniciativas de parte a parte, por razões chinesas e brasileiras. Do lado chinês, o país continuava imerso no grande pandemônio que foi a Revolução Cultural (1966-1976) e a disputa ainda surda pela sucessão de Mao Zedong, cuja saúde se deteriorava a olhos vistos. Do lado brasileiro, o reatamento era um tema controvertido entre os militares que davam sustentação ao regime, o que inibia a capacidade do governo de aprofundar as suas relações com a República Popular da China.

A partir de 1978, a China, já sob a liderança de Deng Xiaoping, implementou

importantes reformas econômicas, que permitiram o crescimento espetacular da economia chinesa, como já apontado. Deng Xiaoping promoveu uma completa inversão na estratégia do desenvolvimento econômico do país. Desde a fundação da República Popular em 1949, o objetivo estratégico estabelecido pela liderança chinesa era o de buscar uma autossuficiência abrangente em relação ao mundo exterior. Efetivamente, a China, à guise de exemplo, foi por vários anos autossuficiente em material de produção de alimentos e de petróleo. A partir de 1978, a estratégia passou a ser a de buscar “a correta inserção da China no sistema internacional”, de acordo com o discurso da liderança chinesa. De fato, com a maior abertura ao comércio exterior, a privatização das atividades econômicas e a urbanização acelerada de sua população, o país tornou-se mais dependente de insumos importados. Hoje a China importa cerca de metade do petróleo que consome, e o aumento da população urbana (que já ultrapassou a metade da população total), aliado à expansão da demanda decorrente do vigoroso crescimento da renda per capita nos centros urbanos, tornou o país um importador crescente de alimentos. Além disso, o processo de industrialização e modernização da economia chinesa, que faz com que ela se tenha transformado na

maior plataforma manufatureira do mundo, tornou-a também grande importadora de bens de capital e de tecnologia.

O desempenho econômico chinês tem muito a ver com o correto entendimento, por parte de sua liderança, da natureza do processo que se convencionou chamar de globalização, com a internacionalização de processos produtivos e a formação de cadeias internacionais de produção. A China buscou com êxito a sua inserção nessas cadeias, agregando cada vez mais valor a processos produtivos na medida em que a sua participação era cada vez mais competitiva.

O Brasil, por seu turno, também teve uma industrialização bem sucedida a partir da década de 50, só que voltada para o mercado interno, com alta proteção e generosos subsídios do então BNDE, hoje BNDES. A busca da competitividade não era uma preocupação brasileira, uma vez que as indústrias que aqui se estabeleciam usufruíam de reserva de mercado. O modelo funcionou com algumas limitações, até que a globalização colocou em evidência a questão da competitividade.

No que se refere às relações sino-brasileiras essas circunstâncias acima descritas estão bem refletidas no

comércio bilateral: a maior parte de nossas exportações para a China são produtos de base, *commodities*, agrícolas e minerais, onde temos vantagens competitivas inegáveis. Da China importamos toda a sorte de produtos industriais, a maior parte insumos fundamentais que dão um mínimo de competitividade aos processos industriais brasileiros. Durante a minha estada em Pequim, ouvi muitas queixas de empresários brasileiros a propósito da “invasão de produtos chineses”. Quando vinha à baila a questão da precária infraestrutura, da elevada carga tributária, de leis trabalhistas antiquadas e inibidoras da geração de empregos, além de dificuldades burocráticas, o que se ouvia do lado brasileiro era um silêncio marcado pela cumplicidade. Enquanto isso, continuamos a encarar com relutância o “bonde das oportunidades” e algumas lições que explicam o sucesso chinês.